

CPI e imaginário nacional

LUÍZ COSTA LIMA *

Tamanho têm sido o impacto das investigações da CPI da Câmara que delas já se pode esperar não só o efeito político pontual de interromper a "vocalização" política de coniventes e responsáveis pelo mau uso de dotações orçamentárias. Como se fossem parte de um inédito exercício de laboratório, têm o efeito mais amplo de permitir que se reflita sobre como o imaginário brasileiro tem pensado a sociedade nacional. Para fins de raciocínio, chamemos a atenção sobre o contributo de três autores: Araripe Jr. tratando da especificidade da experiência cultural no Brasil, Mário de Andrade, com *Macunaima* e Paulo Leminski, com *Catatau*.

Em artigo publicado em 1887, Araripe propunha uma interpretação curiosa sobre a importância do meio tropical nos colonos dos primeiros séculos. A hostilidade das condições teria neles aberto "uma fenda na estratificação da natureza civilizada", provocando a "obnubilação" das forças éticas e intelectuais. Para se tornar brasileiro, o colono regressaria na escala da civilização. Em *Macunaima*, embora de modo irônico e mais complexo, algo se mantém da idéia de Araripe. A errância do herói lhe oferece um aprendizado de pilantragens e espertezas que, no regresso da cidade, apenas se encerra no suicídio eroticamente induzido. Em vez da interpretação puramente negativa de

Araripe Jr. que imporia à sociedade tropical a reconquista do que perdera ao se instalar, o juízo sobre a sociedade nacional se torna ambíguo: não ter nenhum caráter é nosso caráter. Outra lição seria extraída da menos conhecida das três fontes: em *Catatau*, Leminski punha em cena um Descartes chegado ao Nordeste com os holandeses, que, ofuscado pelo novo meio, perdia a razão e passava a ter por metro uma linguagem inventiva, impura e criada, joyciana. Os trópicos não obnubilam mas transtornam. Não se recupera uma pretensa ordem civilizatória senão que de sua desordem resulta a criação inesperada. Se Mário mantinha um pé na interpretação evolucionista, Leminski, ao invés, criava uma vertente utópica — aquela que se mantém mais afastada do imaginário nacional dominante. Este antes oferece uma combinação das linhas de Araripe e Mário. Guarda do primeiro que, em nossa sociedade, regulamentos, normas e leis a tal ponto se amontoam e esfazem que não passam de letra morta e articula essa "intuição" com o gesto macunaímico: sejamos malandros antes que nos ferrem. A "lei de Gerson" se torna a mais clara imagem que fazemos de nós mesmos: toda lei é um engodo, aprendamos a ser safos.

As recentes investigações parecem demonstrar que, numa terra de tantos talentos, a tarefa não é fácil. As próximas pilantragens talvez tenham de ser mais bem-cuidadas. Mas não poderá também suceder que o imaginário nacional seja forçado a encarar a questão por outro ângulo: Ser safo, procurar sempre levar vantagem não significa que sempre a maioria é de trouxas? A macunaímica molecagem pareceria então menos divertida do que cruel. Ela justifica o esperto e, assim, legitima a espoliação. É certo que a maioria por muito tempo não se sentirá lesada; inconscientemente, ela justifica seu riso e alegria

pela suposição de que também terá sua hora e vez. Levar em conta o forçoso sacrifício da maioria será pensar em termos de coletividade — coisa pouco fácil sendo macunaímico nosso próprio processo de socialização.

Como, ao menos a curto prazo, não vejo que essa mudança possa dar-se, limito-me a explorar uma consequência do estado como nosso imaginário se mostra. Que significa ver na lei um obstáculo que aos expertos cabe driblar senão aceitar que o cotidiano nos obriga a uma criatividade infinda? Ver o mais simples regulamento — a exemplo de parar ante um sinal de trânsito — como obstáculo

que "só aos fracos abate" significa ter o cotidiano como saturado de ficcionalidade, algo que a cada instante exige que tenhamos soluções criadoras. Não será também por isso que, ao nos voltarmos para as obras que se declaram ficcionais (como um romance), delas exigimos ou que *documentem* o cotidiano ou que sejam tão arbitrariamente fantasiosas que nos façam esquecê-lo? Um cotidiano saturado de ficções não suporta que se reserve espaço para a ficção. Esta vive do *contraste* com o que não é ficção.

Seria possível então esperar que, mesmo aí, os desdobramentos da atual CPI possam provocar mudanças? Seria alucinado já esperá-lo. Mas ao menos ela já nos permitiu ver a solidariedade de questões que há pouco pareceriam completamente dispares, no caso, uma questão de representatividade política e outra sobre o discurso literário. Se essa solidariedade houver sido mostrada, essa CPI já terá trazido um resultado inesperado. Um imaginário que acata, louva e busca, pois, seguir a esperteza macunaímica não se dá condições de pensar o próprio *Macunaima*. Mesmo porque não o leva a sério ou o leva a sério por motivos tortos.

* Teórico de Literatura, é professor dos Departamentos de História da PUC — Rio e de Letras da Uerj

Um cotidiano saturado de ficções não suporta que se reserve espaço para a ficção.